

CONCEITO DE FAMÍLIA NA PÓS-MODERNIDADE

Raiane Straiotto Piato *

Rozilda das Neves Alves

Sheila Regina de Camargo Martins

Introdução

A estrutura das famílias ocidentais tem sofrido alterações ao longo da história, afinal sua configuração é tecida em contextos históricos e sociais distintos (Crepaldi, 2006; Ponciano, 2003). No século XVII, a estrutura familiar e a estrutura social se misturavam, quase não existindo uma delimitação de início e término de cada uma delas, isso porque nas famílias conviviam pais e filhos junto a parentes próximos e parentes distantes, apenas a linhagem era vista como limite para a família parental (Ponciano, 2003). Porém, a partir do final do século XVIII e início do século XIX as características sociais se alteraram. Com a Revolução Industrial a produção de bens deixa de ser feita, em sua maioria, no campo, pelos artesãos e passa a ser produzida nas fábricas por intermédio de máquinas, o que aumentou a velocidade de produção. Então, as famílias começaram a se concentrar nas cidades para trabalharem nas fábricas, fazendo com que a família parental se dissociasse em números menores, composta pelos membros mais próximos como pais e filhos, estruturação conhecida por família nuclear (Ponciano, 2003).

Essa nova estruturação familiar se caracterizava por entrelaçamentos de sentimentos de amor e cumplicidade, não só para com seus conjugues, mas também com suas crianças, o que evidencia o aparecimento do sentimento de infância e das mudanças do papel da mulher na sociedade (Ponciano, 2003). A família nuclear se tornou a célula base da sociedade e ficou responsabilizada por educar seus filhos e ensiná-los sobre a cultura, o que mostra a conquista da criança por seu lugar dentro da família. Por outro lado, a mulher naturalizada mãe perde sua multiplicidade de lugares, reforçando a opressão a partir do controle de seu papel materno. Dentro da dinâmica nuclear ao pai recai o papel de proteção física e moral, além do papel de provedor da família; à mãe os cuidados básicos para com o filho e acalento de seu marido (Ponciano, 2003).

Na pós-modernidade, com a influência sobre a sociedade das altas tecnologias e o mundo globalizado, houve a diminuição das diferenças culturais e aumento da

velocidade de trocas de informações com reflexos em todas as relações sociais. Com a família, parece não ser diferente, ela vai se formando de maneira mais ampla com novos modelos e diferentes formas de ligações entre os membros, coerentemente com os ideais valorizados por movimentos sociais.

Objetivo

A partir da necessidade de se buscar uma nova conceituação de família, e de definir o seu significado dentro dos novos padrões de liberdade pós-moderno, o objetivo desta pesquisa é caracterizar as estruturações familiares vigentes, por meio de uma revisão bibliográfica das publicações da área da psicologia sobre família nos últimos cinco anos, no Brasil.

Metodologia

Foi realizada a pesquisa bibliográfica por meio da busca de artigos na Coleção SciELO e LILACS, usando os descritores: família, psicologia e Brasil encontrando um total de 227 artigos. Dos artigos selecionados foram lidos os resumos com o intuito de identificar referências ao tema do presente trabalho, após essa pré-análise montou-se uma amostra de 125 artigos. A análise dos artigos foi feita segundo o critério de busca da configuração familiar evidente no artigo, mesmo que o estudo do artigo não fosse a configuração da família em questão, identificou-se qual a configuração de família que aparece e qual a conotação desta família para os autores do artigo.

Em 58 artigos apenas o termo família foi usado e a configuração de família não se evidenciou impossibilitando a análise destes. Os outros artigos possibilitaram a identificação da configuração de família evidente em sua pesquisa, ou por citar diretamente a que família se referia, ou por trazer evidências acerca da estrutura família que estudava.

Resultados

Dos 67 artigos que permitiram a identificação da configuração familiar pode-se observar que 40 contemplam a família nuclear consanguínea; 12 a família monoparental; 4 a família extensa, 4 a família nuclear adotiva, 8 a família plural, 2 a

família patriarcal, 2 família com pais homossexuais e 2 a família que optam por não ter filhos. Alguns artigos trouxeram mais de uma configuração familiar.

No ano de 2006 foram analisados oito (8) artigos, sendo que desses nenhum apresentou a família nuclear consanguínea, quatro a família monoparental, um a família parental, um a família plural e dois não trouxeram a configuração familiar. No ano de 2007 foram analisados dezessete (17) artigos sendo que nove apresentam a família nuclear consanguínea; seis a família monoparental; seis as chamadas famílias plurais (seus membros podem ser responsáveis pelas crianças, mas não terem ligações consanguíneas ou coabitar membros como avós, tios junto à família nuclear) ou famílias configuradas pela família extensa (avós, pais e netos); um a família com pais homossexuais e três não apresentam respostas. No ano de 2008 foram analisados vinte e cinco (25) artigos sendo que nove apresentam a configuração de família nuclear consanguínea; duas a configuração de família extensa; um a família monoparental; um a família adotiva; duas a família plural (abrangentes/coabitada/disfuncional) e treze não apresentaram a configuração familiar. No ano de 2009 foram analisados vinte e cinco (25) artigos sendo que dez apresentam a configuração de família nuclear consanguínea; três a configuração de família extensa; seis a família monoparental; um a família adotiva; um a família plural (coabitada/disfuncional) e dez não apresentaram a configuração familiar. Por último, no ano de 2010 foram analisados vinte e cinco (42) artigos sendo que dez apresentam a configuração de família nuclear consanguínea; nenhum a configuração de família extensa; três a família monoparental; um a família adotiva; três a família plural (coabitada/disfuncional), nenhum a família com pais homossexuais e vinte e quatro não apresentaram a configuração familiar.

Discussões

De forma geral foi possível constatar o crescente número de artigos publicados acerca da família; independente do tema discutido no artigo a família era a fonte de pesquisa desses autores. De 2006 para 2010 as publicações de família cresceram 5,25 vezes, esse fenômeno pode ser entendido como um aumento da preocupação com o sistema familiar por parte dos pesquisadores da psicologia. Suas preocupações sobre o futuro da entidade familiar pode ser entendida como uma forma de busca por preparo

profissional para lidarem com as inúmeras configurações e dinâmicas familiares que lhe aparecem nos campos de trabalho.

Para melhor organização o trabalho foi separado em 8 categorias de análises: Família Nuclear Consanguínea, Família Monoparental, Família Extensa, Família Adotiva, Família com pais Homossexuais, Família Plural, Família Parental e Família que optam por não ter filhos.

Família Nuclear Consanguínea: A família nuclear se apresenta em 40 artigos, alguns apresentam a configuração de família nuclear, mas não trazem qual a conotação desta família para o autor (Silva, Macedo, Dernt & Bergami, 2007; Garbin, Garbin, Arcieri & Lima, 2007; Monteiro, Costa, Nascimento & Aguiar, 2007; Schneider & Ramires, 2007; Barbosa, Costa, & Vieira, 2008; Finkel & Espíndola, 2008; Carvalho & Galvão, 2008; Paiva & Ronzani, 2009; Veras & Moreira, 2009; Almeida, Costa & Gomes, 2009; Valentini & Alchieri, 2009; Castro, 2010; Silva & Fleith, 2010; Pocinho, Correia, Carvalho & Silva, 2010; Costa, Lima & Pinheiro, 2010; Pereira & Fernandes, 2010; Anton & Piccinini, 2010; Folly & Rodrigues, 2010).

A família nuclear passa por processo de desenvolvimento em seu ciclo de vida: a união conjugal, obtenção de filhos e a criação destes, ela também se organiza em três subsistemas sendo eles: sistema conjugal, que se constitui no casal da família; o sistema parental, sendo os pais em sua relação com os filhos e o sistema fraternal, que se faz na relação dos irmãos da família. Essas ideias são baseadas no tradicionalismo social de família ideal burguesa que ainda se sustenta após uma longa transformação histórica. Para este ideário a família é um local de privacidade e âmbito de acalento, onde os pais cuidam de seus filhos e lhe dão o ensinamento moral, sendo sua relação pautada em um sentimento de amor e cumplicidade, como se passou a defender depois do aparecimento do sentimento de infância e de família como descrito por Ariès (1975). Além disso, ao pai recai o papel de provedor econômico e defensor físico de seus filhos e a mãe o papel de educadora moral, provedora doméstica (Júnior & Andrade, 2007; Böing, Crepaldi & Moré, 2008; Neuber, Valle & Palamin, 2008; Jorge, Ramirez, Lopes, Queiroz & Bastos 2008; Barboza, Chic, Martines & Nasciemtno, 2009; Muniz & Eisenstein, 2009; Grubits, Freire & Noriega, 2009). Esse ideário chegou ao Brasil junto com a família real, pois ela iniciou movimentos visando à adequação dos costumes locais aos

costumes da Europa. Esses movimentos tinham como objetivo a higienização e educação das crianças segundo os preceitos considerados científicos, pois as crianças tornaram-se o futuro da nação e suas mães a fonte de educação para esse fim (Santo, Vilela & Ferreri, 2006). O ideário burguês de família, mesmo ultrapassado ainda se faz presente no pensamento social de família ideal e desejada (Diniz, Santos & Lopes, 2007; Dufour, 2007; Gabardo, Junges & Selli, 2009; Andrade & Romagnoli, 2010). Assim como afirmam Martins, Silva, Zahr, Arone e Roque (2007), em sua pesquisa sobre qual o ideal e o real de família para alguns pais e filhos envolvidos na violência doméstica. No artigo se observou que o ideal de família, para os pais participantes, está no vínculo consanguíneo que deveria unir a família - composta por pais e filhos.

Porém discussões que argumentam contrariamente às críticas pós-modernas também se fazem presentes quando afirmam que a família está em movimento e que constantes transformações vêm acontecendo em seus arranjos, transformações estas que acompanham o movimento histórico desde o século XIX, tais como: envolvimento parental com o cuidado do bebê, desvinculação da mulher com a imagem de mãe (resultados da revolução de gêneros), transformação na relação pais e filhos (liberdade de expressão), separação conjugal (liberdade de escolha), inter-relação entre os subsistemas conjugal, mudança no papel social da mulher (inserção no mercado de trabalho, luta pela igualdade de gêneros), industrialização e urbanização crescente (Santos, Brochado & Moscheta, 2007; Böing et al, 2008; Barboza et al., 2009; Rios & Gomes, 2009; Gabardo et al., 2009; Falcke & Zordan, 2010; Nascimento & Trindade, 2010).

Entretanto, a configuração de família nuclear não deve ser idealizada, pois as condições sociais em que esta se sustenta pode gerar uma relação patológica de seus membros, como por exemplo a família estudada por Granjeiro e Costa (2008), que por motivos econômicos o pai faz o cuidado cotidiano de sua filha para que a mãe possa trabalhar e este acaba por violar sexualmente esta. Isso mostra uma divergência no que diz respeito aos sentimentos que se espera permear a família nuclear, segundo os preceitos burgueses. Pode-se pensar que há, nesse âmbito familiar, o sentimento de medo e culpa, além de uma necessidade econômica na base da vulnerabilidade para a ocorrência de situação de violência sexual infantil. O descompasso no funcionamento de tais famílias supera a simples constatação da configuração familiar, uma vez que são

inúmeros os motivos que contribuem para a sustentação de uma família nessas circunstâncias tais como as dificuldades das mulheres de não se desfazer de seus maridos e suportarem situações conflituosas como essas por medo de enfrentar o preconceito social e as dificuldades acerca de sua condição de mãe divorciada.

Entretanto, a própria naturalização da maternidade a identidade feminina pode ser perigosa para a criança, como relatam Barbosa e Pegoraro (2008), em que mães que carregam o fardo de integral responsabilidade para com o cuidado de seus filhos, além da necessidade de trabalhar fora de casa, têm o risco de se desestruturarem e acabarem cometendo atos de violência contra estes. É necessário que não se responsabilize apenas as mães pelos cuidados de seus filhos, esse movimento já se iniciou na história com a valorização da paternidade na educação e cuidado dos mesmos, apontam as autoras.

Família monoparental: A família monoparental foi evidenciada em 12 artigos. Segundo esses as principais motivações histórico-sociais que levam ao monoparentalismo são: liberdade de escolha afetiva, disseminação do uso de tecnologias anticoncepcionais, capitalismo e feminismo crescente. E os meios para a constituição dessas famílias são o divórcio, viuvez e gravidez precoce.

A revolução de gênero que culminou paralelamente ao capitalismo crescente trouxe com ela a luta das mulheres caracterizada pelo feminismo e sua liberdade financeira. Essa luta, entre outras coisas, reivindicou a liberdade e igualdade da mulher junto à sociedade, assim, a liberdade de escolha conjugal foi uma consequência que se evidencia na configuração familiar. A maioria das famílias monoparentais são famílias chefiadas por mulheres, isso quando a mãe é a provedora econômica da família, não coabitando com os pais de seus filhos por motivos diversos, entre eles estão, falecimento, divórcio ou separação. Essas mulheres dizem que o papel da mãe lhes é naturalizado, por isso não houve maiores dificuldades em desenvolver a educação de seus filhos sozinhas, porém o papel de provedora econômica é, muitas vezes, carregado de dificuldade, pois na sociedade ainda se tem grande ranço do papel econômico do pai na família (Andreani, Custódio & Crepaldi, 2006; Nascimento, Coelho, Jesus, & Martins, 2006; Perucchi & Beirão, 2007; Birman, 2009; Barros, Lima, Frej & Melo, 2009; Pegoraro, 2009; Gabardo et al., 2009; Shine & Souza, 2010; Roja, 2010).

Outro fator determinante dessa família monoparental é a maioria dos casos de mulheres portadoras do vírus HIV, pois o preconceito de sua doença levam muitos homens/maridos/companheiros a não suportarem a situação de se relacionar com uma mulher portadora de HIV e as abandonam (Carvalho & Galvão, 2008). O que se quer mostrar é que mesmo na pós-modernidade a sociedade ainda carrega o poder de julgamento que se apodera das vidas das pessoas, principalmente mulheres, assim, mulheres portadoras de HIV são, muitas vezes, fadadas ao fracasso social e ao julgamento moral.

Já a gravidez precoce se apresenta como outro fator que contribui para tal configuração familiar, pois nessa situação a adolescente, muitas vezes, cria seu filho no âmbito da família de origem, pois não tem mais ligações afetivas com o progenitor de seu filho e não tem condições financeiras para sustentá-lo (Dias & Aquino, 2006; Monteiro et al., 2007).

Família Extensa: Esta família se apresentou em 4 artigos. As famílias de classe social mais baixa apresentam uma constituição com o número maior de membros com uma ligação relacional mais íntima, isso porque as condições econômicas desfavoráveis pedem apoio da rede familiar extensa, assim, a própria delimitação familiar e o pertencimento de seus membros são influenciados pelas condições estruturais e econômicas em que vivem. Essa conotação de família extensa é emergente na pós-modernidade, pois se constitui por mudanças dentro da família de origem, como o nascimento de netos, por gravidez precoce, ou a vinda de parentes distantes que se agregam como membros originários da família, exemplo disso são famílias compostas por avós, pais, netos e tios, constituições familiares mais vistas nas camadas sociais desfavorecidas. As famílias das classes sociais mais baixas, por vezes, se veem impossibilitadas de manterem financeiramente seus membros e buscam ajuda na rede de apoio da família de origem, não só por conta de suas necessidades econômicas como também por suas necessidades de apoio emocional (Habigzang, Azevedo, Koller & Machado, 2006; Dias & Aquino, 2006; Bong et al., 2008).

Família Patriarcal: A família patriarcal se mostrou em 3 artigos. O artigo de Santo et al. (2006) traz referência à família parental com uma breve retrospectiva

histórica sobre esta família presente no século XVIII. Argumentam que por volta dos séculos XVIII e XIX os filhos menores de sete anos não eram considerados membros da família, mas sim objetos de seus pais, logo a família era considerada como formada por pais (mãe e pai) e possíveis pessoas com enlace consanguíneo que moravam juntos, como avós e tios. Neste período não havia um vínculo emocional entre os membros da família que pudesse uni-los intimamente. A família era local de transmissão de saber tradicional e de perpetuação dos bens familiares, sendo o homem mais velho o patriarca da família e portador do maior saber e poder dentro desta (Grubits et al., 2009). No século XIX o filho passa a ocupar o lugar central na família brasileira, porém não segundo seus interesses pessoais de necessidade afetivas e emocionais, mas segundo os interesses de sua posição social, como aponta Perroti citado por Oliveira (2009).

Família Plural: A família plural se configurou em 8 artigos. As chamadas famílias plurais podem ser entendidas, como todas as configurações familiares evidentes na contemporaneidade que vão além da família nuclear burguesa (Nascimento & Trindade, 2010; Ferrari, 2010). Há famílias plurais também chamadas abrangentes ou coabitadas, em que coabitam com a família nuclear avós, tios, netos de gravidez precoce, ou ainda netos que vão morar com seus avós por necessidades sociais (mães encarceradas, mãe que saem para trabalhar). Muitas vezes a coabitação de avós junto as famílias nucleares se dá, por adoecimento destes, ocasionando a troca de papéis com seus filhos. O cuidado do idoso dependente sempre coube à família brasileira, porém, a participação das mulheres no mercado de trabalho gera uma maior sobrecarga às filhas (Brito & Rabinovich, 2010; Borge, Bretas, Azevedo & Barbosa, 2008; Ferrari, 2010).

Ao se discutir a ideia de família plural os autores a descreve como característica de relações familiares em que há a possibilidade de escolha afetiva de seus membros, ou seja, o indivíduo seleciona os membros constituintes da família segundo seus enlaces sócioafetivos (Habigzang et al., 2006; Müller, Beiras & Cruz, 2007; Ferrari, 2010).

Família Adotiva: A família adotiva foi abordada em 4 artigos. Existem algumas formas de adoção possíveis tais como adoção unilateral, onde apenas um dos conjugues realiza a adoção do filho do outro, adoção conjunta, onde o casal realiza a adoção da criança e adoção singular, onde uma pessoa adota a criança sendo ela solteira,

divorciada ou viúva. Segundo dados históricos a adoção recebeu diferentes significados em seu percurso: na idade antiga sua valoração estava relacionada a perpetuação do nome de família; na Idade média não era bem vista, por conta da influencia da igreja, já que aumentaria o reconhecimento de filhos bastardos e na idade moderna, com Código Civil, há o reconhecimento legal do filho adotivo. Como na idade antiga a adoção acontecia com o intuito de obtenção de maior número de mão de obra ao trabalho familiar a adoção sofre o preconceito de falta de legitimação afetiva dos filhos adotivos (Maux & Dutra, 2010). Porém, atualmente a adoção é pautada no desejo de ser tornar mãe e pai e na conquista da reciprocidade do amor da criança. “A diferença não impede o acolhimento, assim como a semelhança não garante a verdadeira aceitação, portanto os laços da adoção se fazem pela disponibilidade amorosa e pela conquista recíproca do amor entre a criança e a família” (Costa & Ferreira, 2007, p. 8; Pinto & Pincon, 2009). Sobre as causas das adoções encontra-se que 71% adotam por não terem condições biológicas de conceber um filho, em caso de adoções unilaterais, 100% adotam por afinidade com a criança, 38% por quererem garantir os benefícios da criança e 46% por estarem casado(a) com o pai/mãe da criança (Mariano & Ferreira, 2008).

Família de Pais Homossexuais: Esta família foi estudada em 2 artigos. A liberdade de escolha de parceiros permitiu que casais homossexuais desejassem a formação de famílias com filhos, porém a justiça brasileira entende a família como união estável ou matrimônio entre duas pessoas de sexos diferentes, o que impossibilita a adoção de uma criança pelo casal homossexual. Assim é possível que casais homossexuais façam a adoção usando o nome de apenas um dos conjugues do casal, ou seja, ao olhar da justiça, homossexuais não têm respaldo legal para a constituição de uma família com filhos (Futino & Martins, 2006; Nascimento et al., 2006).

Família que optam por não ter filhos: Esta família foi estudada em 2 artigos. As condições sociais da pós-modernidade entre elas a exigência de sucesso profissional levou ao aumento do número de famílias que optam por não terem filhos, estas recebem o apoio dos avanços da medicina com métodos contraceptivos. Esse fator evidencia a superação da maternidade como natureza feminina, deixado de ser destino e passaram a ser opção. Evidenciando que o sentimento de amor pelo filho é construído histórico e

socialmente e por isso ele pode não existir. Casais que optam por não terem filho se caracterizam, predominantemente, por um desejo maior de dedicação e sucesso profissional, além de considerarem maior flexibilidade e liberdade de renda para investimentos pessoais. Essa configuração não é patológica, uma vez que as decisões tomadas pelo casal são legitimadas por ele, como apontam Rios e Gomes (2009a, 2009b).

Conclusões

A pesquisa permitiu alcançar algumas conclusões acerca do histórico da família na sociedade e com isso ajudar a organizar ou sistematizar a existência prática de diversas configurações familiares que nos são apresentados na atividade profissional. A princípio pode-se notar a crescente preocupação dos profissionais da psicologia em estudar e entender melhor a família. Entendeu-se que esta atitude se deu pela necessidade de uma intervenção que acompanhasse a diversidade cultural e estrutural sofrida pela família na pós-modernidade.

Entretanto, o número de estudos direcionados à família nuclear ainda supera fortemente os estudos sobre as outras configurações familiares, entende-se que isso é um agravante do ideário de família nuclear burguesa que se disseminou enfaticamente no Brasil com o movimento higienista, e por isso a legitimidade da família, tanto para o senso comum como para alguns componentes da sociedade acadêmica, ainda esta muito marcada como uma família nuclear. A ideia que se tem é que a família nuclear é sinônimo de saúde e bem-estar para seus membros, porém essa pesquisa pode mostrar que não necessariamente a organização de família nuclear é de toda satisfatória, uma vez que mostrou-se casos de famílias que mantêm a estrutura de família nuclear por questões sociais e vivem em situação à margem da patologia por razões de conflitos entre os membros. Assim, pretendeu-se separar a ideia de família nuclear de saúde e bem-estar de seus membros, pois a família que proporciona bem-estar, saúde emocional, segurança física e psicológica foi vista em quase todas as formas de configuração família emergentes na pós-modernidade desde que a relação pessoal de seus membros permitisse a disseminação do respeito e companheirismo recíproco.

Percebeu-se também que os fatores sociais foram os grandes responsáveis pelas transformações na estrutura familiar na pós-modernidade, transformações tais como:

envolvimento parental com o cuidado do bebê, desvinculação da mulher com a imagem de mãe, liberdade de expressão, independência financeira da mulher e luta pela igualdade de gêneros.

Com a diversidade de famílias emergentes observou-se a impossibilidade de se elaborar um conceito único e fechado para o significado de família. Mas com a pesquisa viu-se que a família ideal deve ter alguns critérios tais como: proporcionar segurança física e psicológica a seus membros, cumplicidade e intimidade. Esses critérios, aparentemente amplos demais, são os mais necessários para a estruturação não patológica de uma família.

Referências

Almeida, C. C., Costa, G. O., & Gome, K. V. (2009). segredos e conflitos familiares: um estudo de caso. *Revista Do Nesme*, 1(6), 1-111.

Andrade, L. F., & Romagnoli, R. C. (2010). O Psicólogo no CRAS: Uma cartografia dos territórios subjetivos. *Psicologia Ciência e Profissão*, 30(3), 604-619.

Andreani, G., Custódio, Z. A. O., & Crepaldi, M. A. (2006, julho/dezembro). Tecendo as redes de apoio na prematuridade. *Aletheia*, 24, 115-126.

Anton, M. C., & Piccinini, C. A. (2010). O impacto do transplante hepático infantil na dinâmica familiar. Rio Grande do Sul: *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 23(2), 187-197.

Ariès, P. (1981). *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Ganabara.

Barboza, A. L. A, Chic, E. R. G. A., Martines, E. L. C. D., & Nascimento, T. G. (2009). Mães de sonhos: uma proposta de reflexão e intervenção nas relações familiares. *Saúde e Sociedade*, 18(1), 57-62.

Barbosa, S. M., Costa, p. N. T., & Vieira, N. F. C.. (2008, novembro/dezembro). Estágios de mudança dos pais nas conversas com os filhos sobre prevenção Hiv/Aids. *Revista Latino-ameircana Enfermagem*, 16(6), 81-87.

Barbosa, P. Z., & Pegoraro, R. F. (2008, agosto/maio) Violência doméstica e psicologia hospitalar: possibilidades de atuação diante da mãe que agride. São Paulo: *Saúde Sociedade*, 17(3), 77-89.

Barros, P. C. M., Lima, A. O., Frej, N. Z., & Melo, M. F. V. (2009, julho/setembro). Era uma casa ...!? Discurso, Dinâmica Familiar e Contingências da Rua. Maringá: *Psicologia em Estudo*, 14(3), 447-453.

Birman, J. P. (2009). Perverso e biopolítica. Rio de Janeiro: *Psicologia Clínica*, 21(2), 381-396.

Brito, E. S., & Rabinovich, E. P. (2008). A família também adoece!: Mudanças secundárias à ocorrência de um acidente vascular encefálico na família. Salvador: *Comunicação Saúde Educação*, 12(27), 738-794.

Boing, E., Crepaldi, M. A., & Moré, C. L. O. O. (2008). Pesquisa com famílias: aspectos teóricos-metodológico. Florianópolis: *Paidéia*, 18(40), 251-266.

Borge, P. L. C., Breta, R. P., Azevedo, S. F., & Barbosa, J. M. M. (2008, dezembro). Perfil dos idosos frequentadores de grupos de convivência em Belo Horizonte, Minas Gerais: *Cad. Saúde Pública*, Rio e Janeiro, 24(12), 2798-2808.

Carvalho, C. M. L., & Galvão, M. T. G. (2008, janeiro/março). Enfrentamento da AIDS entre mulheres infectadas em Fortaleza – CE. São Paulo: *Rev. Esc. Enferm.*, 42(1), 90-97.

Castro, E. H. B. (2010, setembro) A experiência do câncer infantil: repercussões familiares, pessoais e sociais. Fortaleza: *Revista Mal-estar e Subjetividade*, X(3), 971-994.

Costa, N. R. A., & Ferreira, M. C. R. (2007). Tornar-se pai e mãe em um processo de adoção tardia. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 20(3), 425-434.

Costa, R. P. B, Lima, M. C. P., & Pinheiro, C. V. Q. (2010). Os impasses da educação na adolescência contemporânea. *Boletim de Psicologia*, LX(132), 97-106.

Crepaldi, M. A., Andreani, G., Hammes, P. S., Ristof, C. D., & Abreu, S. R. (2006 setembro/dezembro). A participação do pai nos cuidados da criança: segunda a concepção de mães. Maringá: *Psicologia em Estudo*, 11(3), 579-587.

Dias, A. B., & Aquino, E. M. L (2006, julho). Maternidade e paternidade na adolescência: algumas constatações em três cidades do Brasil. Rio de Janeiro: *Cad. Saúde Pública*, 22(7), 1447-1458.

Diniz, N. M. F., Santos, M. F. S., & Lopes, R. L. M (2007, novembro/dezembro). Representações sociais da família e violência. *Rev Latino-americana Enfermagem*, 15(6).

Dufour, V. (2007, agosto/dezembro). A criança, o bonhomme e a família. Belo Horizonte: *Epistemo-somática*, IV(2), 29-48.

FalckeI, D., & Zordan, E. (2010). Amor, Casamento e sexo: opinião de adultos jovens solteiros. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 62(2), 143-155.

Ferrari, I. F. (2010, dezembro). Mulheres encarceradas: elas, seus filhos e nossas políticas. Fortaleza: *Revista Mal-estar e Subjetividade*, X(4), 1325-1352.

Finkel, L. A., & Espíndola, V. B. P. (2008, julho). Cirurgia cardíaca pediátrica: o papel do psicólogo na equipe de saúde. México: *Psicologia para América Latina*, (13).

Folly, D. S. G., & Rodrigues, M. R. F. (2010). O fazer do psicólogo e a Síndrome de Down: uma revisão de literatura. São Paulo: *Psicologia da Educação*, 3, 9-23.

Futino, R. S., & Martins, S. (2006, julho/dezembro). Adoção por homossexuais – uma nova configuração familiar sob os olhares da psicologia e do direito. *Aletheia*, (24), 149-159.

Gabardo, R. M., Junges, J. R., & Selli, L. (2009). Arranjos familiares e implicações à saúde na visão dos profissionais do Programa Saúde da Família. *Rev Saúde Pública*, 43(1), 91-7

Garbin, C. A. S., Garbin, A. J. I., Arcieri, R. M., & Lima, A. (2007). La percepción de los líderes de la comunidad de la pastoral del niño em la violencia doméstica en las familias asistidas de la zona oeste de Londrina –PR. Venezuela: *Acta Odontológica Venezolana*, 45(2), 1-5.

Granjeiro, I. A. C. L., & Costa, L. F. (2008). O estudo psicossocial forense como subsídio para a decisão judicial na situação de abuso sexual. Brasília: *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 24(2), 161-169.

Grubits, S., Freire, H. B. G., & Noriega, J. A. V. (2009, setembro/dezembro). Influência de aspectos sociais e culturais na educação de crianças indígenas. *Psico-USf*, 14(3), 365-374.

Habigzang, L. F., Azevedo, G. A., Koller, S. H., & Machado, P. X. (2006). Fatores de risco e de proteção na rede de atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual. Porto Alegre: *Psicologia: reflexão e Crítica*, 19(3), 379-386.

Jorge, M. S. B., Ramirez, A. R. A., Lopes, C. H. A. F., Queiroz, M. V. O., & Bastos, V. B. (2008, maio/agosto). Representações sociais das famílias e dos usuários

sobre participação de pessoas com transtorno mental. São Paulo: *Rev. Esc. Enferm*, 42(1), 135-142.

Júnior, N. G. S. S., & Andrade, A. N. (2007, julho./dezembro). “É melhor pra você!”: normatização social da infância e da família no Brasil. Espírito Santo: *Revista do Departamento de Psicologia*, 19(2)423-438.

Mariano, F. N., & Ferreira, M. C. R. (2008). Que perfil da família biológica e adotante, e da criança adotada revelam os processos judiciais? Ribeirão Preto: *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 21(1), 11-19.

Martins, C. S., Silva M. A. I., Zahr, N. R., Arone, K. M. B., & Roque, E. M. S. T. (2007 setembro/outubro). A dinâmica familiar na visão de pais e filhos envolvidos na violência doméstica contra crianças e adolescentes. *Revista Latino-americana Enfermagem*, 15(5).

Maux, A. A. B., & Dutra, E. (2010). A adoção no Brasil: algumas reflexões. Rio de Janeiro: *Estudos e Pesquisas em Psicologia* (2), 356-372.

Monteiro, C. F. S., Costa, N. S. S., Nascimento, P. S. V., & Aguiar, Y. A. (2007 julho/agosto). A violência intra-familiar contra adolescentes grávidas. Brasília: *Revista Brasileira Enfermagem*, 60(4), 373-376.

Müller, F. G., Beiras, A., & Cruz, R. M. (2007, julho/dezembro). O trabalho do psicólogo na mediação de conflitos familiares: reflexões com base na experiência do serviço de mediação familiar em Santa Catarina. *Aletheia*, (26), 196-209.

Muniz, J. R., & Eisenstein, E. (2009). Genograma: informações sobre família na (in)formação médica. *Revista Brasileira De Educação Médica*, 33(1), 72-79.

Nascimento, C. C., Coelho, M. R. M., Jesus, M. R. P., & Martins W. V. (2006, setembro). Apego e perda ambígua: apontamentos para uma discussão. Fortaleza: *Revista mal-estar e subjetividade*, VI(2), 426-449.

Nascimento, C. R. R. N., & Trindade, Z. A. (2010). Criando meninos e meninas: investigação com famílias de um bairro de classe popular. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 62(2), 187-200.

Neuber, L. M. B., Valle, T. G. M., & Palamin, M. E. G. (2008). O adolescente e a deficiência auditiva: as relações familiares retratadas no teste do desenho em cores da família. São Paulo: *Revista Brasileira Crescimento e Desenvolvimento Humano*, 8(3), 321-338.

Oliveira, M. H. P. (2009). A representação de si mesmo em narrativas autobiográficas de escritores brasileiros. *Memorandum*, 17, 107-121.

Paiva, F. S., & Ronzani, T. M. (2009, janeiro/março). Estilos parentais e consumo de drogas entre adolescentes: Revisão sistemática. Maringá: *Psicologia em Estudo*, 14(1), 177-183.

Pegoraro, R. F. (2009). Papéis atribuídos à família na produção da loucura: algumas reflexões Goiania: *Boletim Academia Paulista de Psicologia*, 77(2), 253-273.

Pereira, A. P. A., & Fernandes, K. F. (2010). A visão que o irmão mãos velho de uma criança diagnosticada com síndrome de Down possui da dinâmica da família. Rio de Janeiro: *Estudo e Pesquisas em Psicologia*, (2), 507-529.

Perucchi, J., & Beirão, A. M. (2007). Novos arranjos familiares: paternidade, parentalidade e relações de gênero sob o olhar de mulheres chefes de família. Rio de Janeiro: *Psicologia Clínica*, 19(2), 57 – 69.

Pinto, M. C. N. & Picon, P. (2009). Adoção: proposta preliminar para uma abordagem psicoterápica cognitivo-comportamental para pais adotantes. *Revista Brasileira de Terapias Cognitivas*, 5(1), 3-17.

Ponciano, E. L. T., & Carneiro, T. F. (2003, julho/dezembro). Modelos de família e intervenção terapêutica. *Interações*, VIII(16), 57-80.

Pocinho, M. D, Correia, A., Carvalho, R. G., & Silva, C. (2010, julho/dezembro). Influência do gênero, da família e dos serviços de psicologia e orientação na tomada de decisão de carreira. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, 11(2), 201-212.

Rios, M. G., & Gomes, I. C. (2009, abril/junho). Casamento contemporâneo: revisão de literatura acerca da opção por não ter filhos. Campinas: *Estudos de Psicologia*, 26(2), 215-225.

Rios, M. G., & Gomes, I. C. (2009, abril/junho). Estigmatização e conjugalidade em casais sem filhos por opção. Maringá: *Psicologia em Estudo*, 14(2), 311-319.

Rojas, M. C. (2010). Secretos y verdades en la familia: su incidencia en las problematicas de la niñez. São Paulo: *Construção Psicopedagógica*, 18(16), 24-33.

Santo, A. A. E., Vilela, A. M. J., & Ferreri, M. A. (2006, janeiro/abril). A imagem da infância nas teses da faculdade de medicina do rio de janeiro - (1832-1930). Maringá: *Psicologia em Estudo*, 11(1), 19-28.

Santos, M. A., Brochado, J. U., & Moscheta, M. S. (2007). Grupo de pais de homossexuais. Ribeirão Preto: *Revista Eletrônica Saúde Mental Álcool e Drogas*, 3(2), 1-16. Disponível em< <http://www.eerp.usp.br/resmad/artigos.asp>>.

Schneider, A. C. N., & Ramires, V. R. R. (2007, julho/dezembro). Vínculo parental e rede de apoio social: relação com a sintomatologia depressiva na adolescência. *Aletheia*, (26), 95-108.

Shine, S. K., & Souza, A. S. L. (2010). Atendendo famílias incapazes de pensar: a perspectiva do psicólogo judiciário. São Paulo: *Boletim De Psicologia*, LX(132), 1-14.

Silva, P. V. C., & Fleith, D. S. (2010, janeiro/junho). Fatores familiares associados ao desenvolvimento do talento no esporte. São Paulo: *Revista Brasileira de Psicologia do Esporte*, 3(4), 19-41.

Silva, J. L., Macedo, R. M. S., Dernt, A. M., & Bergami, N. B. B. (2007, janeiro/abril). Um estudo das relações interpessoais em famílias com farmacodependentes. Maringá: *Psicologia em Estudo*, 12(1), 61-70.

Valentini, F., & Alchieri, J. C. (2009, julho/dezembro). Modelo clínico de estilos parentais de Jeff rey Young: revisão da literatura. *Contextos Clínicos*, 2(2), 113-123.

Veras, L., & Moreira, V. (2009, junho). A compreensão do mundo vivido da criança sertaneja com câncer: contribuições do livro “Dudu vai ao hospital”. Rio de Janeiro: *Rev. SBPH*, 12(1), 3-16.